



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Face às ondas de críticas à nova ronda de medidas de apoio económico, há que a corrigir, quanto antes, para salvar a população e o mercado

Segundo o “Plano de garantia do emprego, estabilização da economia e asseguramento da qualidade de vida da população 2021” anunciado, o Governo vai lançar o programa de benefícios do consumo electrónico, com recurso a um modelo complexo e indirecto, pouco atractivo, em que se usa um meio de pagamento móvel registado em nome do beneficiário, e incomoda a população e os comerciantes, sem haver qualquer intenção de apoiar, directa e especificamente, os residentes que, durante a epidemia, se encontram desempregados, em *layoff*, e com baixo rendimento. Este plano não consegue salvar directamente a população, e há também dúvidas sobre se consegue salvar o mercado, portanto, não se pode considerar que o mesmo seja uma nova ronda de medidas de apoio económico contra epidemia. Isto levantou ondas de críticas entre a população.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, e solicitando ao Governo da RAEM que me seja dada uma resposta escrita clara, objectiva e adequada, interpele sobre o seguinte:

1. Exortei, várias vezes, o Governo, a lançar nova ronda de medidas de apoio económico, e, na altura, os governantes limitaram-se a dizer que tal possibilidade não



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

estava afastada e, salvo situações imprevistas, não iam ser utilizadas as dotações provisionais. O lançamento do referido plano significa admitir que a recuperação económica é mais difícil do que previsto. Embora, no ano passado, o Governo tenha utilizado dezenas de milhares de milhões com as duas rondas de medidas de apoio económico, registou-se o rendimento de investimentos mais elevado dos últimos anos e a reserva financeira aumentou para 616,12 mil milhões. Pergunto então ao Governo: a economia está em baixa, mas há estabilidade nas finanças públicas, então, por que razão é que o nível e o âmbito dos benefícios oferecidos no referido plano são tão limitados, em comparação com as duas rondas anteriores de medidas de apoio económico?

2. Nas duas fases anteriores do Plano de subsídio de consumo, adoptou-se um modelo mais simples e directo, com a atribuição do cartão de consumo electrónico. Isto conseguiu satisfazer, de forma geral, as necessidades das diferentes camadas sociais através da injeção no mercado, nas duas fases do plano, de 1870 milhões e 3300 milhões (sem contar com o valor do consumo adicional incentivado) respectivamente, dos quais mais de 60 por cento foram destinados às PME. Pergunto então ao Governo: para promover, de forma mais generalizada e ampla, o consumo local e estimular a procura interna, o Governo deve continuar a adoptar o modelo de cartão de consumo electrónico, em vez da atribuição de benefícios de consumo electrónico, que é já alvo de forte contestação. O Governo concorda?

3. Devido à epidemia, mais de 10 mil residentes foram obrigados a ver os seus salários reduzidos ou suspensos, ou até perderam o seu emprego. A pressão ao nível económico é pesada, mas, o referido plano inclui apenas formação e um subsídio de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

5 mil para os trabalhadores em *layoff* depois da conclusão da mesma. Apesar de isto poder contribuir para aumentar as suas competências técnicas, não é fácil mudar de emprego num período em que a economia ainda está em baixa. Pergunto então ao Governo: a fim de aliviar as dificuldades prementes com que se deparam os residentes desempregados, em *layoff* e com baixo rendimento durante a epidemia, o Governo deve atribuir-lhes directamente um apoio financeiro adicional. O Governo está de acordo?

16 de Março de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Sou Ka Hou